

11.DEBENTURES A PAGAR - O saldo de R\$23.996 (R\$21.711 em 2008) refere-se a debêntures a pagar emitidas em favor do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, em contrapartida ao apoio financeiro recebido pelo programa de desenvolvimento regional, coordenado pela extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Os ofícios da SUDAM que autorizaram a emissão desses títulos, bem como datas, quantidades e valores atualizados dessas debêntures em 31 de dezembro de 2009 estão demonstradas a seguir:

N.º Ofício SUDAM	Data do ofício	Debêntures conversíveis		Debêntures não conversíveis		Total a pagar em 31/12/2009
		Qtd	Valor atualizado em 31/12/2009	Qtd	Valor atualizado em 31/12/2009	
1998-0405	23/09/1998	2.586	11.068	862	3.689	14.757
1999-0168	05/03/1999	464	1.840	155	613	2.453
1999-0252	06/05/1999	464	1.791	155	596	2.387
1999-0341	02/09/1999	232	844	77	281	1.125
2000-0079	11/02/2000	464	1.573	155	524	2.097
2000-0324	01/11/2000	385	1.177	-	-	1.177
Total		4.595	18.293	1.404	5.703	23.996

Abaixo apresentamos as principais características desses instrumentos: •Valor nominal unitário: R\$1 real; •As debentures conversíveis em ações serão convertidas em ações preferenciais - classe B (sem direito a voto); •Remuneração: O saldo devedor é corrigido pela TJLP + juros de 4% ao ano; •Como garantia para essas debentures, a Companhia assumiu a obrigação de não alienar ou onerar bem imóvel que faça parte da infraestrutura do projeto, sem prévia aprovação da SUDAM além de Fiança comercial prestada pelo acionista controlador da Companhia. •Vencimento: O vencimento da dívida ocorreu em 02 de maio de 2009, todavia, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, pleiteia algumas modificações em relação à exigibilidade dessas debentures. Os principais pleitos solicitados são: a)Prorrogação do prazo de vencimento; b)Transformação das Debentures não conversíveis em debentures conversíveis; e c)Estorno dos juros auferidos antes da obtenção do "Certificado de Implantação". Enquanto não há uma decisão oficial sobre os pleitos solicitados pela Companhia, os juros e correção monetária permanecem sendo registrados e atualizados em conformidade com os termos originais da negociação. **12.CONTINGÊNCIAS** - A Companhia é parte integrante em demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

	2009	2008
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contingências fiscais	4.302	4.302
Total de contingências	4.302	4.302

O valor provisionado refere-se integralmente a um auto de infração lavrado contra a Companhia durante o exercício de 2000, pelo não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os prestadores de serviços, e também por débitos referentes ao Imposto Territorial Rural - ITR. Em 25 de setembro de 2009, a Companhia homologou pedido de inclusão dos referidos débitos fiscais no programa de parcelamento instituído pela lei 11.941/2009 que permite o parcelamento em até 180 meses dos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Enquanto não há o deferimento do pedido de

parcelamento, a Companhia mantém provisão de contingência no valor integral da dívida (devidamente atualizada monetariamente). **13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - a) Capital social - O capital subscrito e integralizado é de R\$6.052.628 (seis milhões, cinquenta e dois mil e seiscentos e vinte e oito reais) e está representado por 2.110.810 ações ordinárias e 3.941.818 ações preferenciais classe A. O capital social autorizado é de R\$13.000.000 (treze milhões de reais), e está representado por 2.334.000 ações ordinárias, 4.666.000 ações preferenciais classe A e 6.000.000 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal que totalizam 13.000.000 ações. Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia emitiu 5.999 debentures convertíveis em ações preferenciais classe B (sem direito a voto). As ações preferenciais classe B deverão ser subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM (que é o beneficiário das Debêntures emitidas pela Companhia).

14.RECEITA LÍQUIDA

	2009	2008
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita bruta	1.544	1.926
(-) Impostos sobre vendas:		
PIS E COFINS	(108)	(83)
ICMS	(89)	(90)
Total receita líquida	1.347	1.753

No intuito de incentivar o setor de produção de alimentos de carnes bovinas, em 13 de outubro de 2009, o governo federal por meio da Lei nº 12.058, estabeleceu a suspensão das contribuições para o Pis e Cofins incidentes sobre a receita bruta na venda de animais vivos da espécie bovina e de carnes, além de dispor de regras para o aproveitamento de crédito presumido pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das contribuições.

15.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2009	2008
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Despesas com máquinas e equipamentos	(122)	(164)
Despesas com pessoal	(97)	(201)
Despesas com veículos	(14)	(25)
Depreciação e amortização	(677)	(667)
Copa e cozinha	(3)	(41)
Serviços profissionais	(72)	(6)
Outras	(37)	(308)
Total despesas gerais e administrativas	(1.022)	(1.412)

16.RESULTADO FINANCEIRO

	2009	2008
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Despesas financeiras	(2.285)	(2.099)
Juros e correção monetária	(1)	(1)
Outras	(2.286)	(2.100)
Total despesas financeiras	(2.286)	(2.100)
Receitas financeiras		1
Descontos obtidos		1
Total receita financeira	-	1

17.GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possuía operações que pudessem ser caracterizadas como instrumentos financeiros derivativos, aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos. Adicionalmente as transações e atividades de financiamento da Companhia não estão expostas às flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção patrimonial (hedge). Os principais riscos que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados: Risco de taxa de juros - as captações são efetivadas com taxas de juros fixas, dentro de condições normais de mercado, e atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do balanço. Riscos de Preços na Compra de Gado - A maior parte do estoque de gado bovino da Companhia é gerado/criado internamente em sua fazenda, todavia, o ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima (quando adquiridos de fontes externas), cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, monitorando permanentemente o controle físico do nascimento e morte de gados visando garantir a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços. Risco de crédito - O risco de crédito decorre da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores negociados. Embora parte substancial das receitas de venda da Companhia esteja concentrada em um número pequeno de clientes, esse risco é minimizado por conta de a maior parte das receitas de vendas serem originadas de vendas à empresas relacionadas a seu acionista controlador. Risco de liquidez - É o risco de descasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação. O risco de liquidez é minimizado pela manutenção de altos níveis gados em estoque (bens com alto grau de liquidez), conforme demonstrado na nota explicativa nº5. Instrumentos financeiros - A Companhia não possui transações no mercado derivativo. No quadro abaixo são considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais tomou como base 31 de Dezembro de 2009.

Passivo financeiro	Risco	Provável (I)	Cenário (I)	Cenário (II)
Debêntures a pagar	TJLP	23.996	24.131	35.994
Referência p/passivos financeiros	Aumento da taxa	-	25%	50%
TJLP		0,45%	0,56%	0,68%

18.COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO) - Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.